

ACESSIBILIDADE PARA ALÉM DA AVALIAÇÃO EXTERNA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: RELATOS DE ESTUDANTES E COLABORADORES

Jefferson Bruno Pereira Ribeiro
Jonathan Rosa Moreira

Resumo: As Instituições de Educação Superior precisam atender os requisitos legais que tangem os aspectos de acessibilidade. Entretanto, nem sempre as pessoas com deficiência de seu público são ouvidas, de modo a expressar o que realmente lhes seria relevante. Assim, objetivo deste artigo foi dar voz para um grupo de estudantes e de colaboradores de um Centro Universitário no Distrito Federal, de modo a avaliar suas apreensões sobre a acessibilidade conferida nos espaços que convivem na instituição. Para tanto, foi utilizada uma trajetória metodológica qualitativa com o uso da técnica entrevista para coleta de dados. Consoante aos resultados de suas últimas avaliações externas, o resultado deste estudo mostrou que para os participantes da pesquisa, de modo geral, a acessibilidade da instituição é satisfatória. Entretanto, ainda há oportunidades de melhorias para garantir a autonomia e a mobilidade de seus estudantes e colaboradores.

Palavras-chaves: Acessibilidade; Educação superior; Avaliação externa.

Abstract: Higher Education Institutions must meet the legal requirements that address accessibility issues. However, people with disabilities in their public are not always heard in order to express what really matters to them. Thus, the objective of this article was to give voice to a group of students and collaborators of a University Center in Distrito Federal, in order to evaluate their apprehensions about the accessibility conferred in the spaces that coexist in the institution. For that, a qualitative methodological trajectory was used with the use of the interview technique for data collection. According to the results of its recent external evaluations, the results of this study showed that, for the study participants, the accessibility of the institution is generally satisfactory. However, there are still opportunities for improvement to ensure the autonomy and mobility of its students and staff.

Keywords: Accessibility; College education; External evaluation.

Introdução

Segundo Cunha (2000), a Educação Superior brasileira foi configurada por uma trajetória de leis que fundamentaram os seus padrões de qualidade. Para a manutenção deste padrão, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004), também conhecida como Lei do SINAES. Esta Lei rege, inclusive, os parâmetros de credenciamento institucional, autorização e reconhecimento de cursos superiores. Assim, as Instituições de Educação Superior (IES) precisam adequar-se aos critérios previstos no instrumento de avaliação do MEC/INEP (INEP, 2016).

A avaliação do SINAES passou a ter um enfoque formativo, ou seja, com perspectiva de auto avaliação para as IES (VERHINE *et al.*, 2006). Esperava-se, portanto, que as IES pudessem aprender com o processo de avaliação externa, de modo a tomar ações preventivas e corretivas, com enfoque na melhoria dos aspectos institucionais e do processo de ensino e aprendizagem dos professores e estudantes. Para Polidori *et al.* (2006, p.430) o SINAES

objetiva a necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, efetividade acadêmica e social e, especialmente, o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. É provável que isso ocorra, entretanto, há de se considerar que os processos de tomada de decisão institucional para o atendimento às avaliações externas são realizados pelo corpo diretivo e pressupõe-se que não há participação profícua de outras instâncias, como corpo discente e colaboradores de nível operacional. Isso para qualquer item previsto no instrumento de avaliação do MEC/INEP, o atendimento aos critérios de acessibilidade, que deveria permitir as sugestões das próprias pessoas com deficiência (PCD). Ademais, “a educação inclusiva não significa apenas inserir o educando com alguma deficiência nas classes regulares de ensino, mas efetivar seu pleno convívio em sua comunidade dentro e fora do ambiente escolar” (MELO, 2011, p.122).

Partindo do pressuposto supracitado, e considerando o ambiente de um Centro Universitário do Distrito Federal (DF) que recebeu conceito 5 (excelente) nos critérios de acessibilidade à ocasião de avaliação de reconhecimento de um de seus cursos superiores, o objetivo deste estudo foi reconhecer o ponto de vista de um grupo de estudantes PCD e de colaboradores sobre as condições de acessibilidade da IES. Aponta-se, então, a justificativa deste estudo para a oportunidade de dar voz àqueles que, de fato, são os maiores interessados e impactados, quando o assunto é acessibilidade nos espaços acadêmicos.

A avaliação externa e os requisitos de acessibilidade

Segundo Tumolo (2010), a educação superior privada no Brasil deve seguir padrões de qualidade e predispor-se às autorizações e avaliações por parte do poder público. As discussões sobre a avaliação institucional iniciaram nos anos 90 e se configurou também como sistema de avaliação da educação superior. O INEP tornou-se, então, a partir da Lei 9.131 de 1995, o responsável por regular a avaliação da educação superior (VERHINE, 2006).

A partir disso, foi desencadeado um processo de discussão que, como resultado, originou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com a proposta de ser, realmente, um sistema integrador, que garantisse informações e análises da totalidade da educação superior permitindo, assim, que políticas educativas fossem instaladas tanto em nível nacional pelos órgãos pertinentes quanto em âmbito institucional, articuladas pelas IES (POLIDORI *et al.*, 2006, p.427).

O INEP, por meio do SINAES, criou o instrumento de avaliação dos cursos superiores em modalidades de oferta presencial e a distância¹. Este instrumento permite que os avaliadores do MEC atribuam conceitos de 1 a 5, que variam do “não atende” até “excelente”, considerando critérios distribuídos em 3 dimensões: (i) organização didático-pedagógica; (ii) corpo docente e tutorial; e (iii) infraestrutura. Nesta última dimensão, são avaliadas de acessibilidade arquitetônica e de comunicação. Na dimensão 1, são avaliados aspectos de acessibilidade pedagógica e atitudinal. Este instrumento

subsidiava os atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento – nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado para a modalidade presencial e a distância. De acordo com o art. 1º da Portaria Normativa nº 40 de 2007, consolidada em 29 de dezembro de 2010, a aplicação dos indicadores desse instrumento dar-se-á exclusivamente em meio eletrônico, no sistema e-MEC.

Como todo processo avaliativo, espera-se que a avaliação externa também leve à aprendizagem, por meio da autoavaliação sobre os indicadores apontados nos relatórios dos avaliadores em suas visitas *in loco*. As IES podem ter uma oportunidade de autoconhecimento

¹ Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2016/instrumento_2016.pdf>. Acesso em 12 dez 2016.

com os resultados das avaliações externas (VERHINE, 2006). Nesse sentido, é possível abrir espaços para ouvir os discentes e demais colaboradores que precisam de atenção às suas necessidades especiais.

De um modo geral, o instrumento de avaliação do MEC/INEP trata do tema acessibilidade de forma transversal. Entretanto, o instrumento conta com 17 requisitos legais e normativos que são essencialmente regulatórios e que abordam diretamente os aspectos relacionados à acessibilidade (INEP, 2016). Dos requisitos legais, três dispositivos se destacam no atendimento às PCD:

Dispositivo legal 5: Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Dispositivo legal 12: Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003

Dispositivo legal 13: Disciplina de Libras (Dec. N°5.626/2005) (INEP, 2008, p.41)

Existem diferentes definições para o termo acessibilidade para cada contexto social. Trata-se de um processo dinâmico associado ao desenvolvimento da sociedade, com diferentes estágios e atenção dispensada à diversidade humana (TORRES *et al.*, 2000).

Para a legislação brasileira, a acessibilidade é conceituada como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004). Nesse sentido, há de se negar toda forma de discriminação e facilitar “o acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos” (art. 227, § 1º, II).

A Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transportes e de comunicação (TAGLIARI *et al.*, 2006). Nessa mesma perspectiva, o Plano Nacional de Educação (PNE) também versa sobre a importância de se garantir a acessibilidade para reduzir qualquer barreira às pessoas com necessidades educacionais (BRASIL, 2001).

Segundo Melo (2011, p.122), “a inclusão não deve ser somente um desejo teórico dos que fazem a escola, mas sim uma prática constante que envolva todas as pessoas em todos os lugares dos quais fazem parte da vida cotidiana do aluno”. Assim, ainda conforme Melo (2011), é preciso garantir o convívio entre as pessoas, independente do ambiente, promovendo a interação e o comprometimento de todos os envolvidos “parte-se então do princípio de que não é possível se pensar em acessibilidade na escola sem levar em consideração as barreiras existentes no ambiente dentro e fora dela” (p.114).

Metodologia

A trajetória metodológica deste estudo compreendeu uma abordagem meramente qualitativa e do tipo descritivo. Como técnica de coleta de dados, optou-se pela técnica de entrevista, com roteiro estruturado e questões fechadas com justificativa aberta. Foram apresentadas duas questões: (i) “Como você percebe a acessibilidade na IES que você estuda?”, aplicada para 10 estudantes PCD; e (ii) “Como você percebe a acessibilidade na IES

que você trabalha?”, aplicada para 8 colaboradores PCD. Assim, cada respondente pode escolher uma opção que variava entre as opções fechadas: (i) Não existe; (ii) Ruim; (iii) Atende parcialmente; (iv) Boa; e (v) Excelente. Em seguida, cada respondente pode justificar, de forma aberta, sua escolha.

Resultados

Com o intuito de registrar as apreensões de PCD sobre as questões de acessibilidade da IES estudada, 18 PCD participaram da pesquisa, sendo 10 estudantes e 8 colaboradores da IES. Desta forma, foi possível verificar a avaliação da acessibilidade segundo as pessoas que são diretamente impactadas pelos dispositivos assistivos implementados pela IES.

Para os estudantes, foi realizado o questionamento: “Como você percebe a acessibilidade na IES que você estuda?”. Os 10 participantes responderam conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Percepções dos estudantes sobre acessibilidade na IES

Respondente	Resposta Fechada	Resposta Aberta
1	Boa	“Aqui tem um núcleo que nos apoia com questões psicopedagógicas. Não vi isso na instituição que estudei anteriormente.”
2	Boa	“Me atende. Tem rampas e elevador. A sinalização também é boa, mas é preciso divulgar mais aos estudantes.”
3	Ruim	“Uma vez fui ao laboratório de informática e a maçaneta não gira para o lado que eu consigo.”
4	Excelente	“Passamos por avaliação do curso de Pedagogia recentemente e fizeram várias melhorias. É bom saber que se preocupam conosco. Nunca me perguntaram isso antes.”
5	Ruim	“É preciso ter monitor nas salas. Às vezes, preciso de apoio para leitura e escrita. Reclamei na coordenação de curso. Disseram que vão providenciar.”
6	Boa	“Tem sinalização. Consigo entrar com cadeira de rodas no laboratório.”
7	Boa	“Os professores sempre procuram me atender. As metodologias utilizadas são pensadas por conta de minhas limitações. Os demais estudantes gostam muito também.”

Respondente	Resposta Fechada	Resposta Aberta
8	Ruim	“As salas são muito grandes e têm muitos alunos. Como preciso sentar mais à frente, fico muito próxima ao quadro.”
9	Excelente	“A faculdade disponibilizou um monitor para realizar as leituras para mim durante as aulas e durante as provas.”
10	Ruim	“Estudo no andar de cima do outro prédio. Meus pais me deixam aqui, mas quando preciso ir para a coordenação de curso, tenho que atravessar as pistas para ir para o outro prédio. Nem sempre tenho apoio para isto.”

Fonte: Dados do estudo.

Segundo o Quadro 1, a maioria dos estudantes, 40%, consideram como boa as condições de acessibilidade de sua IES. Por outro lado, 40% dos estudantes consideram ruins as condições de acessibilidade. Se somados os aspectos positivos, 60% dos estudantes têm uma percepção satisfatória sobre a acessibilidade, destes, 20% consideram excelente.

Não desconsiderando que a quantidade de 10 participantes, quando comparada proporcionalmente à quantidade de estudantes PCD da IES, esta quantidade torna-se significativa. Assim, há de observar as respostas abertas dos 40% que classificaram a acessibilidade da IES como ruim.

A IES estudada cumpre a legislação do Ministério do Trabalho e Emprego no que tange às cotas para colaboradores PCD, considerando o disposto no art. 93 da Lei 8.213/1991, combinada com o art. 36 do Decreto 3.298/1999, Instrução Normativa 98/2012 da Secretaria de Inspeção do Trabalho e nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Para avaliar a percepção dos colaboradores sobre os dispositivos de acessibilidade da IES, a entrevista foi realizada com 8 participantes que responderam à questão: “Como você percebe a acessibilidade na IES que você trabalha?”. Os 8 participantes responderam conforme o Quadro 2.

Quadro 2: Percepções dos colaboradores sobre acessibilidade na IES

Respondente	Resposta Fechada	Resposta Aberta
1	Boa	“Não tenho o que reclamar. Trabalho no térreo. Tenho mais problemas para chegar, pois a calçada está quebrada.”
2	Boa	“Sou nova na instituição. Ainda não conheço todos os espaços, mas, os que já frequentei me atendem.”

Respondente	Resposta Fechada	Resposta Aberta
3	Boa	“Claro que tem muita coisa para melhorar, principalmente para assistir uma colaboradora cega que temos, mas vejo o esforço daqui de garantir a acessibilidade para nós. ”
4	Boa	“Não tenho muitas dificuldades para locomoção. O rapaz da portaria também me ajuda. ”
5	Excelente	“Neste último ano, passamos por 9 processos de avaliação <i>in loco</i> para reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso. Foi bom. O pessoal trabalhou bastante com acessibilidade aqui para atender a avaliação externa e isso nos trouxe benefícios. ”
6	Boa	“Eu deixaria uma cadeira de rodas disponível na portaria. ”
7	Boa	“A acessibilidade de infraestrutura aqui é boa. ”
8	Boa	“Minha bancada é projetada para adequação de cadeira de rodas. Isso melhora a ergonomia e eu me sinto mais confortável. ”

Fonte: Dados do estudo.

Pelo Quadro 2, considerando a reunião das respostas entre boa e excelente, para 100% dos colaboradores entrevistados a acessibilidade da IES atende às suas necessidades. Há de se considerar que a participação na pesquisa foi voluntária, livre e esclarecida. Infere-se que os colaboradores pesquisados percebem os dispositivos de acessibilidade da IES, bem como as ações adotadas para melhoria dos espaços acessíveis.

Conclusão

O objetivo deste estudo foi dar voz para um grupo de estudantes e colaboradores PCD de um Centro Universitário do DF, sobre suas apreensões acerca dos dispositivos de acessibilidade que esta IES implementa para atender o seu público. Isso porque, mesmo tendo que legalmente cumprir os critérios de acessibilidade previstos nos instrumentos de avaliação do MEC/INEP para credenciamento institucional, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, nem sempre os mais interessados nestas ações são ouvidos.

Foi realizada uma entrevista com 18 PCD, sendo 10 estudantes e 8 colaboradores. De um modo geral, a apreensão destes participantes é positiva com relação aos aspectos de acessibilidade da IES estudada. Esta constatação é consoante aos resultados obtidos nas últimas avaliações externas às quais a IES foi submetida, ocasião que recebeu nota máxima nos itens de infraestrutura. Ainda assim, pela visão dos estudantes, há oportunidades de

melhorias para atender às necessidades de 40% dos respondentes, que é um número representativo, pois o que se espera é a redução das limitações das pessoas conferindo-lhes autonomia, respeito e dignidade. Ressalta-se, então, a importância de ouvir as pessoas mais interessadas nos trabalhos que envolvem a temática acessibilidade. Aliás, os resultados das avaliações externas deveriam subsidiar a aprendizagem organizacional, como um meio de autoavaliação para que as IES possam sempre aprimorar seus processos e infraestrutura.

Além disto, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento de uma universidade contemporânea, o processo de avaliação deveria atender a três exigências básicas: ter um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, atuar como uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária e atender a um processo sistemático de prestação de contas à sociedade (POLIDORI, 2006, p.427).

Abre-se aqui uma oportunidade para que outros trabalhos sejam realizados com perspectiva semelhante à proposta por este estudo, mas com relação de tempo, espaço e público diferentes, de modo a perceber outros pontos de vista sobre a acessibilidade, que é uma temática muito importante, principalmente nos espaços escolares, visto que representa uma intenção de garantir igualdade de condições e acesso.

Referências

BRASIL. Presidência da República. *Lei 8.213, de 24 de julho de 1991*. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 6 dez 2017.

_____. Presidência da República. *Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 06 dez 2017.

_____. Presidência da República. *Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 02 dez 2016.

_____. Presidência da República. *Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 02 dez 2016.

_____. Presidência da República. *Lei 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 03 dez 2016.

CUNHA, Luiz Antonio. *Ensino Superior e Universidade no Brasil*. 500 Anos de Educação no Brasil. 2.ed. Belo Horizonte: Autentica. 2000.

MELO, Marcos Welby Simões. Acessibilidade na educação inclusiva: uma perspectiva além dos muros da escola. *Sitientibus*. Feira de Santana, n.44, p.113-127, 2011.

POLIDORI, Marlis Morosini; MARINHO-ARAUJO, Claisy M.; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. *Ensaio: avaliação, políticas públicas educação*, v.14, n.53, p.425-436, 2006.

TAGLIARI, Carina; TRÊS, Francesca; OLIVEIRA, Sheila Gemelli. Análise da acessibilidade dos portadores de deficiência física nas escolas da rede pública de Passo Fundo e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar. *Revista Neurociências*, v.14, n.1 2006.

TORRES, Elisabeth Fátima. A acessibilidade à informação no espaço digital. *Ciência da Informação*. v.31, n.3, p.83-91, 2002.

TUMOLO, Ligia Maria Soufen. O ENADE como Processo de Autoavaliação dos Cursos de Graduação e da Instituição. *Cadernos Acadêmicos*, v. 2, n. 2, p. 1-14, 2010.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. *Ensaio: avaliação, políticas públicas educação*, v.14, n.52, p.291-310, 2006.